

## **COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER**

### **REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_ DE 2018 (Da Sra. Ana Perugini)**

Requer a realização de Audiência Pública da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, para debater falta de apoio ao futebol feminino.

Senhora Presidenta,

Em conformidade com o artigo 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e com o artigo 24, inciso III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requer a realização de audiência pública para debater a falta de apoio ao futebol feminino.

Para possibilitar um debate amplo e qualificado, sugerimos a participação das seguintes entidades e especialistas:

- 1- Representante da Secretaria de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor, do Ministério do Esporte
- 2- Representante da Caixa Econômica Federal
- 3- Representante da Confederação Sul-americana de Futebol – CONMEBOL
- 4- Marco Aurélio Cunha, coordenador de Futebol Feminino da CBF
- 5- Alfredo Carvalor, Diretor Comercial da Sport Promotion, organizadora do Campeonato Feminino de Futebol
- 6- Aline Pellegrino, Coordenadora do Departamento de Integração de Atletas na Federação Paulista de Futebol
- 7- Bruna Dealtry, do Movimento #Deixa Ela trabalhar
- 8- Representante do Movimento Mulheres de Arquibancada

### **JUSTIFICAÇÃO**

O futebol é uma paixão nacional, isso é inegável. Mas o que também é inegável é a diferença entre homens e mulheres nesse esporte. O futebol foi

naturalizado em estruturas associadas à construção da masculinidade e da virilidade (BARRETO JANUÁRIO, 2015). Tanto que falamos futebol e futebol feminino, especificando que o sentido universal do futebol remete ao aos homens, ao masculino. Por essa delimitação excludente do esporte, dentro e fora das quatro linhas, as mulheres lutam até hoje para serem respeitadas, sejam elas atletas, jornalistas, da equipe técnica ou torcedoras.

E essa construção social remete aos primórdios da prática do esporte no país. No Brasil, o futebol começou a ser praticado no final do século 19, pela elite brasileira, sendo que as mulheres da elite se arrumavam para ser as torcedoras das partidas. O futebol feminino era praticado por mulheres das classes baixas e elas eram consideradas “grosseiras, sem classe e malcheirosas”, de acordo com o livro "Futebol, Carnaval e Capoeira - Entre as gingas do corpo brasileiro", de Heloísa Bruhns. No Brasil, as partidas femininas aconteciam em caráter beneficente ou de exibição, não tinham caráter competitivo como as masculinas.

Segundo a FIFA, a primeira partida oficial entre mulheres foi disputada no dia 23 de março de 1885, em Londres, Inglaterra, com dois times divididos em Norte e Sul, representando duas partes da cidade. No Brasil, a primeira partida oficial de futebol feminino ocorreu em 1921, entre senhoritas dos bairros Tremembé e Cantareira, na zona norte de São Paulo.

Mas quando as mulheres começaram migraram das arquibancadas para dentro dos campos, uma parte da sociedade se sentiu incomodada, ao ponto do então Presidente Getúlio Vargas receber uma carta do Senhor José Fuzeira, em 25 de abril de 1940, solicitando ao Presidente providências contra o futebol feminino, que afetaria os lares e a saúde das futuras mães:

“Refirome, Sr. Presidente, ao movimento entusiasta que está empolgando centenas de moças, atraindo-as para se transformarem em jogadoras de futebol sem levar em conta que a mulher não poderá praticar esse esporte violento sem afetar seriamente, o equilíbrio fisiológico das suas funções orgânicas, devido à natureza que dispôs a ser mãe (...) Neste ritmo de crescimento, dentro de um ano, é provável que, em todo o Brasil, estejam organizados uns 200 clubes femininos de futebol, ou seja: 200 núcleos destroçadores da saúde de 2.200 futuras mães que, além do mais, ficarão presas de uma mentalidade depressiva e propensa aos exibicionismos rudes e extravagantes...

(sic)”

Franzini (2005, p.319)

A carta teve grande repercussão na imprensa da época e diversas campanhas contrárias à participação feminina no esporte levaram as autoridades a debaterem o assunto, pois consideravam que estava acontecendo no país uma subversão dos papéis e as mulheres poderiam deixar para trás os “ideais” de

“boas mães, esposas e rainhas do lar”. Desse modo, o governo recomendou uma campanha para mostrar os malefícios do futebol para as mulheres. Segundo Franzini (2005, p. 321) as mulheres estariam abandonando suas “funções naturais” para invadirem o espaço dos homens, pois “à mulher caberia entre outras obrigações, contribuir de forma decisiva com o fortalecimento da nação e o depuramento da raça gerando filhos saudáveis, algo que, pensava-se, só seria alcançado se a mulher preservasse sua própria saúde. Se esta condição não excluía a prática de esportes, é certo que nem todo esporte a ela se adequava”.

Assim, quase um ano depois das inúmeras discussões suscitadas pela carta do Senhor Fuzeira, que foi utilizada como opinião de uma parcela significativa e conservadora da sociedade, em 14 de abril de 1941, o Presidente assinou o Decreto Lei 3199/1941, do Ministério da Educação, que trazia em seu 54º artigo a seguinte proibição: “Às mulheres não se permitirão a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza”, entre eles o futebol. Além disso, na década de 60, o então Presidente da República, Castelo Branco, baixou a resolução nº 7/65 no Conselho Nacional de Desportos (CND), reafirmando a proibição da prática de certos esportes pelas mulheres, sendo o futebol um deles.

Enquanto a seleção masculina era vencia as Copas do Mundo de 1958, 1962 e 1970, as mulheres continuavam proibidas de jogar futebol. Somente em 1979, em meio a pressões populares, como a onda feminista no Brasil e no mundo e o movimento Democracia Corinthiana, o Decreto-Lei foi revogado e as mulheres voltaram a praticar o esporte no país. Apenas em 1981 os clubes passaram a ter times femininos, com torneios e transmissões pela televisão e a primeira seleção Brasileira de futebol feminino foi convocada pela CBF em 1988, para disputar - e vencer - o “Women’s Cup of Spain”. Em 1991, a Federação Internacional de Futebol – FIFA organizou a primeira Copa do Mundo de Futebol Feminino. O Brasil ganhou seis vezes a Copa América (1991, 1995, 1998, 2003, 2010 e 2014) e desde que o futebol feminino passou a fazer parte dos jogos olímpicos, o Brasil ganhou duas vezes medalhas de prata (2004 e 2008). Já nos Jogos Panamericanos, que contou com futebol feminino à partir de 1999, o Brasil levou três ouros (2003, 2007 e 2015) e uma prata (2011).

Infelizmente, apesar dos resultados internacionais, quase quatro décadas de impedimento da prática do esporte levaram as mulheres a terem um atraso em relação à técnica e desenvolvimento de jogo dentro do país, o que levou os patrocinadores a desacreditarem na modalidade feminina e aos poucos os clubes foram acabando com seus times femininos, dizendo que o futebol feminino era feio, que as mulheres não sabiam jogar e que os jogos femininos não tinham torcedores. Até 1995 o esporte continuou estagnado no país, até que numa tentativa de alavancar o futebol feminino, a imprensa e os

patrocinadores sugeriram shorts menores para os uniformes femininos “valorizando as formas”, além da escalação dos times que davam preferência aos atributos físicos e beleza das jogadoras do que sua habilidade com a bola, como as modelos Milene Rodrigues e Suzana Werner. Mas esse modelo não funcionou e o esporte ficou estagnado mais uma vez. Para se ter uma ideia, a primeira edição do Brasileirão Feminino aconteceu em 2013, enquanto o Brasileirão Masculino começou em 1971.

Falta também investimento. A Caixa Econômica Federal é atualmente a única patrocinadora do Brasileirão feminino, com o aporte anual de R\$ 10 milhões, valor insuficiente para custear as despesas da competição. Para se ter uma ideia, o Corinthians, time campeão do Brasileirão 2017, faturou sozinho R\$18 milhões, quase o dobro de todo o valor investido no campeonato feminino.

Em 2017, a Confederação Sul-Americana de Futebol - Conmebol, divulgou decisão que a partir de 2019, todas as equipes brasileiras masculinas serão obrigadas a ter uma equipe feminina ou serão impedidas de participar da Copa Sul-Americana e da Libertadores. A decisão faz parte do programa de licenciamento de clubes da CBF, que também exige que cada equipe de futebol feminino tenha uma estrutura consolidada e uma equipe juvenil de base em formação. No Brasil, dos 20 clubes masculinos que participaram do Brasileirão em 2017, apenas sete tinham equipes femininas.

Não há campeonatos femininos estaduais e em 2017 a Copa do Brasil Feminina foi cancelada pela CBF. As atletas contam apenas com o Brasileirão e apenas alguns estados tem campeonatos estaduais. Além disso, falta reconhecimento da profissão e somente dois times femininos as jogadoras contam com carteira assinada: o Santos, com maior salário no valor de R\$ 5 mil por mês; e no América-MG, com o maior salário de R\$ 3 mil. De acordo com a CBF, são quase 5 mil mulheres jogam “profissionalmente” no país.

O portal Gênero e Número fez um levantamento em 2016, ano da Olimpíada no Rio, mostrando a diferença entre os salários dos dois maiores jogadores da seleção. De um lado Neymar, com US\$ 14,5 milhões por ano. Do outro, Marta, com US\$ 400 mil por ano. Na época ela já tinha feito 103 gols pela seleção feminina, enquanto ele tinha feito 50. Marta, eleita cinco vezes a melhor jogadora do mundo, enquanto Neymar, nenhuma. Além da disparidade salarial entre os jogadores homens e mulheres, os valores das premiações também dificultam o crescimento da modalidade e até 2016 não havia premiação para o Brasileirão feminino.

Mas as Olimpíadas do Rio em 2016 mostraram que o público pode sim apoiar o futebol feminino, pois enquanto a seleção masculina perdia os jogos, o público lotou os estádios para ver os jogos femininos, apesar do time ter perdido a medalha de bronze. Outra demonstração que o esporte, e o respeito, tendem a crescer, são dois movimentos que aconteceram nos últimos anos. O primeiro

foi o I Encontro Nacional de Mulheres de Arquibancada, que aconteceu no Museu do Futebol em SP em 2017 e reuniu cerca de 350 mulheres de torcidas e coletivos de 11 Estados para discutir a participação feminina nos estádios e estratégias contra o machismo nas torcidas. Em 2018 tivemos o movimento das jornalistas esportivas com o #DeixaElaTrabalhar, que trouxe o debate sobre os episódios de assédio vivido pelas jornalistas durante as coberturas dos eventos esportivos. A ideia surgiu depois que Bruna Dealtry, do “Esporte Interativo”, foi beijada à força por um torcedor durante uma transmissão ao vivo. A campanha ganhou as redes e foi encorpada com nomes como os de Fernanda Gentil, Cris Dias e Carol Barcellos, entre outras jornalistas renomadas.

Considerando toda a cultura machista do país, a proibição oficial pelo governo da prática do esporte pelas mulheres por décadas que levou a considerável atraso técnico, a falta de apoio ao futebol feminino e a falta de respeito às mulheres dentro e fora dos campos, considerando ainda que em 2019 teremos a Copa do Mundo de Futebol Feminino na França, consideramos imprescindível fazer um debate sobre o a Mulher e o Esporte.

Pelo exposto, contamos com apoio dos nobres pares para a aprovar o presente requerimento.

Sala das Comissões, de maio de 2018.

Deputada **Ana Perugini**  
PT/SP